



RELATÓRIO E VOTO AO PROJETO DE LEI Nº 0580/2025

“Declara de utilidade pública o Movimento Reviva de Joinville (GERD - Instituto Reviva) e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’.”

Autor: Deputado Fernando Krelling

Relator: Deputado Volnei Weber

I – RELATÓRIO

Cuida-se de Projeto de Lei nº 0580/2025, de autoria do Deputado Fernando Krelling, com a finalidade de declarar de utilidade pública o Movimento Reviva de Joinville (GERD - Instituto Reviva), do município de Joinville, e alterar o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade.

O Projeto de Lei visa declarar de utilidade pública estadual o Movimento Reviva de Joinville (GERD – Instituto Reviva), entidade sediada no município de Joinville que atua na defesa dos direitos de jovens, crianças, estudantes e da sociedade em geral. Conforme seu Estatuto Social, dedica-se à promoção da educação, do esporte, da cultura e do lazer, bem como à participação em eventos sociais, culturais e de cidadania, à defesa da natureza e do meio ambiente e ao incentivo à politização juvenil, prestando relevante serviço à comunidade.

Examinando os documentos acostados aos autos, verifico que a Associação encaminhou os documentos necessários a este Parlamento para ser declarada de utilidade pública estadual, nos termos do que estabelece o art. 3º da Lei nº 18.269, de 9 de dezembro de 2021, que rege a matéria.

No entanto, quanto à ata de fundação, justifica a entidade que não foi possível apresentá-la, pois, à época do registro, tal documento não era exigido como obrigatório, além de ter sido extraviado em decorrência de enchente ocorrida em 2011, fato



comprovado por declaração e pela certidão de registro estatutário e suas alterações posteriores.

É o relatório.

II - VOTO

Nesta Comissão, cabe analisar a proposição quanto aos aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa referidos no inciso I do art. 144 do Regimento Interno deste Poder, em especial ao atendimento à Lei estadual nº 18.269, de 2021, que “Dispõe sobre a concessão e manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”.

Referentemente à constitucionalidade sob o aspecto formal, saliento que a matéria sob apreciação vem estabelecida por meio da proposição legislativa adequada à espécie, qual seja, projeto de lei ordinária, não estando arrolada entre aquelas cuja iniciativa legislativa é privativa do Governador do Estado, do Poder Judiciário ou de órgão constitucional titular da iniciativa legislativa.

Em relação à constitucionalidade material, também não detecto qualquer violação aos textos das Cartas Federal e Estadual, havendo compatibilidade entre os preceitos da proposição e as normas e princípios constitucionais. Portanto, não há, na espécie, a hipótese de vício de inconstitucionalidade formal e/ou material.

Com respeito aos demais aspectos regimentalmente tocantes a este órgão colegiado, não detectei nenhum obstáculo à tramitação da matéria, sendo a admissibilidade medida imperiosa.

Ante o exposto, com base nos regimentais arts. 72, I e XV, 144, I, parte inicial, 209, I, parte final e 210, II, voto, no âmbito desta Comissão, pela **ADMISSIBILIDADE** do prosseguimento da tramitação processual do Projeto de Lei nº **0580/2025**.

Sala das Comissões,

Deputado Volnei Weber
Relator